

Orçamento de 88 prevê déficit de 1,27%

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Orçamento Geral da União, enviado ontem pelo presidente José Sarney ao Congresso Nacional, estima a receita em CZ\$ 3,23 trilhões para o próximo ano, sendo que CZ\$ 2,15 trilhões correspondem à arrecadação de impostos, e contribuições de CZ\$ 1,08 trilhão serão obtidas com operações de crédito, através da colocação de CZ\$ 995,6 bilhões em títulos da dívida pública. Os CZ\$ 88 bilhões restantes deverão vir mediante empréstimos externos, do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O orçamento carrega um déficit, medido pela necessidade de financiamento do setor público, para o ano que vem equivalente a 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB), que é estimado em CZ\$ 21 trilhões, ou seja, a quase totalidade do déficit operacional previsto para 1988, que foi estabelecido em 2% do PIB pelo Plano de Controle Macroeconômico.

A nova moldagem da Lei de Meios consolida na mesma peça orçamentária o orçamento fiscal, o orçamento das operações oficiais de crédito e os fundos da administração federal (cerca de 65 fundos como o da Marinha Mercante ou o Fundo Agropecuário).

Na distribuição das contas, apresentada de uma maneira inédita pelo governo, fica possível identificar que as maiores pressões de gastos vêm do orçamento das operações oficiais de crédito, cujas receitas estão estimadas em CZ\$ 823,1 bilhões, em comparação com as despesas, previstas em CZ\$ 1.38 trilhão, resultando, assim, num déficit orçamentário de CZ\$ 557,9 bilhões que será coberto integralmente com a emissão de títulos da dívida pública.

O orçamento fiscal propriamente dito, que inclui as despesas da União com a manutenção da máquina administrativa e pessoal, está calculando um a despesa de CZ\$ 2,41 trilhões e receitas de CZ\$ 2,15 trilhões, que resultam num déficit orçamentário de CZ\$ 260,3 bilhões. Parte desse déficit, CZ\$ 164 bilhões, corresponde à amortização de dívidas e outros CZ\$ 63,5 bilhões serão destinados à participação da União em capital das empresas estaduais. O que resta, assim, para ser contabilizado como necessidade de financiamento líquida (conceito de déficit operacional) são CZ\$ 32,8 bilhões.

Com a abertura do orçamento de crédito, o governo alinhou no orçamento unificado os principais gastos que estima ter no ano que vem:

• Estados e municípios — O saneamento financeiro dos governos estaduais e municipais deverá consumir em 1988 cerca de CZ\$ 54,3 bilhões, com o serviço da dívida interna;

• Bancos — O orçamento de crédito prevê o dispêndio de CZ\$ 89,5 bilhões com o saneamento financeiro dos bancos estaduais, mediante a cobertura dos adiantamentos concedidos pelo Banco Central a instituições sob intervenção;

• Dívida externa — Apesar com a cobertura de dívidas externas contratadas por empresas estatais, governos estaduais e municipais cobertas pelo Banco do Brasil, (no âmbito do aviso MF-30), o orçamento estima que gastará no ano que vem a soma de CZ\$ 336,5 bilhões;

• Investimentos agrícolas — O orçamento de crédito prevê que os financiamentos com investimentos agropecuários demandarão CZ\$ 35,9 bilhões, além de mais CZ\$ 11,3 bilhões de financiamentos do custeio pecuário.

• Custeio — As operações de custeio agrícola financiadas pelo Tesouro Nacional deverão envolver, pelos cálculos contidos no orçamento, a quantia de CZ\$ 313,1 bilhões;

• Abastecimento — A política de abastecimento interno, envolvendo as operações de financiamento da política de preços agrícolas (AGF e EGF) e de formação de estoques reguladores, juntas, deverão somar cerca de CZ\$ 350 bilhões;

• Exportações — O Tesouro Nacional deverá cobrir, com operações de crédito, o financiamento de produção interna de produtos exportáveis (Finex), no montante de CZ\$ 120,4 bilhões;

• Pequenas e micros empresas — O orçamento estima que gastará, em 1988, cerca de CZ\$ 4 bilhões com o refinanciamento das dívidas das micros, pequenas e médias empresas, no que se refere à equalização das taxas de juros.

• Açúcar — CZ\$ 41,4 bilhões serão destinados aos financiamentos à comercialização do açúcar.

• Indústria — CZ\$ 24,8 bilhões corresponderão aos financiamentos de investimentos industriais, para ampliação da capacidade instalada.

A mensagem enviada ontem ao Congresso Nacional cita que CZ\$ 216,2 bilhões de recursos correspondem à renúncia de receitas, a título de incentivos fiscais. São os Fundos de Investimentos do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam), os fundos de investimentos setoriais de reflorestamento e turismo.

Dos CZ\$ 3,23 trilhões de recursos do orçamento fiscal, CZ\$ 551 bilhões serão gastos com o pagamento do funcionalismo público e encargos sociais, outros CZ\$ 639,9 bilhões serão dispêndios com os encargos de dívida em geral e os restantes CZ\$ 2,02 trilhões, corresponderão a gastos com outras despesas correntes e de capital.

Os encargos específicos da dívida mobiliária representarão despesas de CZ\$ 264,9 bilhões, sendo CZ\$ 190,9 bilhões com os títulos em carteira do Banco Central e CZ\$ 74 bilhões de custo de carregamento da dívida em poder do público.

dia de CZ\$ 89,5 bilhões com o saneamento financeiro dos bancos estaduais, mediante a cobertura dos adiantamentos concedidos pelo Banco Central a instituições sob intervenção;

• Dívida externa — Apesar com a cobertura de dívidas externas contratadas por empresas estatais, governos estaduais e municipais cobertas pelo Banco do Brasil, (no âmbito do aviso MF-30), o orçamento estima que gastará no ano que vem a soma de CZ\$ 336,5 bilhões;

• Investimentos agrícolas — O orçamento de crédito prevê que os financiamentos com investimentos agropecuários demandarão CZ\$ 35,9 bilhões, além de mais CZ\$ 11,3 bilhões de financiamentos do custeio pecuário.

• Custeio — As operações de custeio agrícola financiadas pelo Tesouro Nacional deverão envolver, pelos cálculos contidos no orçamento, a quantia de CZ\$ 313,1 bilhões;

• Abastecimento — A política de abastecimento interno, envolvendo as operações de financiamento da política de preços agrícolas (AGF e EGF) e de formação de estoques reguladores, juntas, deverão somar cerca de CZ\$ 350 bilhões;

• Exportações — O Tesouro Nacional deverá cobrir, com operações de crédito, o financiamento de produção interna de produtos exportáveis (Finex), no montante de CZ\$ 120,4 bilhões;

• Pequenas e micros empresas — O orçamento estima que gastará, em 1988, cerca de CZ\$ 4 bilhões com o refinanciamento das dívidas das micros, pequenas e médias empresas, no que se refere à equalização das taxas de juros.

• Açúcar — CZ\$ 41,4 bilhões serão destinados aos financiamentos à comercialização do açúcar.

• Indústria — CZ\$ 24,8 bilhões corresponderão aos financiamentos de investimentos industriais, para ampliação da capacidade instalada.

A mensagem enviada ontem ao Congresso Nacional cita que CZ\$ 216,2 bilhões de recursos correspondem à renúncia de receitas, a título de incentivos fiscais. São os Fundos de Investimentos do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam), os fundos de investimentos setoriais de reflorestamento e turismo.

Dos CZ\$ 3,23 trilhões de recursos do orçamento fiscal, CZ\$ 551 bilhões serão gastos com o pagamento do funcionalismo público e encargos sociais, outros CZ\$ 639,9 bilhões serão dispêndios com os encargos de dívida em geral e os restantes CZ\$ 2,02 trilhões, corresponderão a gastos com outras despesas correntes e de capital.

Os encargos específicos da dívida mobiliária representarão despesas de CZ\$ 264,9 bilhões, sendo CZ\$ 190,9 bilhões com os títulos em carteira do Banco Central e CZ\$ 74 bilhões de custo de carregamento da dívida em poder do público.

Órgãos	ORÇAMENTO DA UNIÃO				Órgão	Variação %			
	1988 Projeto de Lei					%	(A/D)	(B/D)	
	Pessoal (A)	Dívida (B)	O.C.C. (C)	Total D = (A+B+C)					
Poder Legislativo	17.945,0	3,0	4.694,4	22.602,0	,69	79,2		28,8	
Câmara dos Deputados	8.017,8	3,0	2.129,0	10.149,0	,31	79,0	21,0		
Senado Federal	8.232,0		2.221,0	10.453,0	,32	78,8	21,2		
Tribunal de Contas da União	1.656,0		344,0	2.000,00	,06	82,8	17,2		
Poder Judiciário	20.214,0		10.208,0	30.422,0	,93	66,4	33,6		
Supremo Tribunal Federal	489,0		338,0	827,0	,03	59,1	40,9		
Tribunal Federal de Recursos	773,0		1.943,0	2.716,0	,08	28,5	71,5		
Justiça Militar	755,0		214,0	969,0	,03	77,9	22,1		
Justiça Eleitoral	2.165,0		3.917,0	6.082,0	,19	35,6	64,4		
Justiça do Trabalho	12.872,0		1.985,0	14.857,0	,46	86,6	13,4		
Justiça Federal de 1ª Instância	2.137,0		1.041,0	3.178,0	,10	67,2	32,8		
Justiça do Distrito Federal e Territórios	1.023,0		770,0	1.793,0	,06	57,1	42,9		
Poder Executivo	368.633,0	234.511,0	762.950,0	1.366.094,0	42,10	27,0	17,2	55,8	
Presidência da República	21.684,0	3.583,0	60.185,0	85.452,0	2,64	25,4	4,2	70,4	
* Gabinete de Presidência da República	286,0		682,0	968,0	,03	29,5	70,5		
* Conselho de Segurança Nacional	2.706,0	97,0	5.554,0	8.357,0	,26	32,4	1,2	66,5	
* Serviço Nacional de Informações	1.537,0		373,0	1.910,0	,06	80,5	19,5		
* Estado-maior das Forças Armadas	705,0	56,0	7.496,0	8.257,0	,25	8,5	,7	90,8	
* Consultoria Geral da República	30,0		10,9	40,8		75,0		25,0	
* Secretaria de Administração Pública	625,0	176,0	3.480,0	4.195,0	,13	14,9	4,1	81,0	
* Secretaria Executiva do Programa Nac. de Irrigação	5.395,0	3.185,0	32.917,0	41.497,0	,28	13,0	7,7	79,9	
* Secretaria de Planejamento e Coordenação/PR	10.400,0	75,0	9.753,0	28.228,0	,62	51,4	,4	48,2	
Ministério da Aeronáutica	24.821,0	38.556,0	55.382,0	118.759,0	3,67	20,9	32,5	46,6	
Ministério da Agricultura	19.402,0	8.169,0	39.012,0	66.583,0	2,06	29,1	12,3	58,6	
Ministério das Comunicações	1.197,0	4.811,0	984,0	6.992,0	,22	17,1	68,8	14,1	
Ministério da Educação	120.253,0	5.088,0	90.454,0	215.795,0	,66	55,7	2,4	41,9	
Ministério do Exército	35.026,0	2.417,0	36.449,0	74.692,0	,21	48,0	3,2	48,8	
Ministério da Fazenda	18.308,0	86,0	16.452,0	34.846,0	,08	52,5	,2	47,2	
Ministério da Indústria e do Comércio	6.821,0	39.226,0	57.945,0	103.192,0	,19	5,8	38,6	56,2	
Ministério do Interior	11.427,0	3.316,0	37.386,0	52.129,0	,61	21,9	6,4	71,7	
Ministério da Justiça	7.908,0		5.071,0	12.982,0	,40	60,9		39,1	
Ministério da Marinha	26.852,0	16.743,0	37.951,0	81.546,0	,25	32,9	20,5	46,5	
Ministério das Minas e Energia	1.138,0	2.812,0	69.346,0	73.288,0	,26	1,5	3,8	94,6	
Ministério da Previdência e Assistência Social	507,0		7.292,0	7.799,0	,24	6,5		93,5	
Ministério das Relações Exteriores	6.276,0	626,0	9.486,0	16.308,0	,51	38,3	3,8	57,9	
Ministério da Saúde	20.629,0	1.157,0	53.984,0	75.770,0	,24	27,2	1,5	71,2	
Ministério do Trabalho	4.778,0	282,0	4.676,0	9.736,0	,30	49,1	2,9	48,0	
Ministério dos Transportes	20.446,0	90.380,0	105.656,0	224.482,0	,63	12,7	49,3	47,1	
Ministério da Cultura	3.721,0		3.637,0	7.358,0	,23	50,6		49,4	
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	750,0	15.547,0	25.170,0	41.467,0	,28	1,8	37,5	60,7	
Ministério da Ciência e Tecnologia	7.610,0	1.559,0	23.342,0	32.511,0	1,00	23,4	4,8	71,8	
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	1.087,0	150,0	23.090,0	24.327,0	,65	4,5	,6	94,9	
Encargos	144.220,0	371.790,0	1.201.355,0	1.799.365,0	55,56	8,0	20,8	71,2	
Encargos previdenciários da União	104.626,0		16.161,0	120.787,0	,73	86,7		13,4	
Transf. Est. DF e Municípios — G.D.F.	24.133,0		1.344,0	25.477,0	,79	94,7		5,3	
Transf. Est. DF e Municípios - outras	15.461,0		568.810,0	584.271,0	18,04	2,6		97,4	
Encargos Gerais da União		21.229,0	116.547,0	137.776,0	4,25		15,4	84,6	
Encargos Financeiros da União		362.561,0	578.493,0	931.854,0	20,75		37,9	62,1	
Reserva de Contingência			20.000,0	20.000,0	,62			100,0	
TOTAL	554.972,0	600.304,0	2.079.207,0	3.238.403,0	100,00	17,0	10,0	64,2	